



**José Lourenço**

## Universalidade

Muito se falou do Serviço Nacional de Saúde (SNS) e do princípio Universal, durante a campanha eleitoral. Todos vimos e ouvimos, principalmente nos debates, coisas que nos deliciam, mesmo sabendo que muitas pertencem ao País da Alice (das Maravilhas) e só acreditamos no Pai Natal, se nos der jeito.

Claro que ninguém aceita que o número de doentes em lista de espera para qualquer intervenção cirúrgica esteja dependente desta ou daquela ideologia, como dificilmente se aceita que o princípio orientador do SNS não seja este que vigora. Mas...

Escrevi aqui há tempos sobre a iniquidade dos sistemas paralelos como: SNS, ADSE, Exército, do Ministério da Justiça, dos Bancários, etc. E mantenho ou reforço a força desse meu protesto.

Lembro-me de, nos idos anos 70, aquando da nacionalização das rádios privadas que deram lugar à actual RDP, existirem colegas "do público e do privado": os da ex emissora nacional e os recém-chegados. Nem interessa ir pelo lado de se saber quem era melhor. Somos todos portugueses? O sistema é Universal? Parafraçando o Rui Santos, "então que raio de Democracia é esta?".

Se a situação resultou de uma conjuntura política e social anterior que foi derrubada por ser injusta, então façam-se as coisas até ao fim. Já assisti a consolidações de contas de grandes companhias internacionais, na sequência de fusões, de dimensão e complexidade superiores.

Li esta semana que chegou às livrarias "Saúde, a Liberdade de Escolher", de José Mendes Ribeiro. O livro faz um diagnóstico e propõe soluções para os principais problemas do sector da saúde em Portugal. Tem um prefácio do sociólogo António Barreto, que

defende uma abordagem revolucionária para resolver os problemas do Serviço Nacional de Saúde: "Generalizar a ADSE a todo o País!".

Para além de um doente tratado no SNS custar mais ao Estado do que um doente tratado no regime da ADSE (938 euros contra 780, respectivamente) o ponto para mim é a tal Universalidade. Seja um sistema, seja outro, ou os dois, no respeito do tal princípio da Universalidade, o apoio que se recebe, neste caso para a Saúde, não pode depender do nosso sector de actividade profissional, ou outro qualquer corporativismo.

Sobre a sustentabilidade, gostaria de deixar um desabafo sobre aqueles que durante toda a vida mais contribuem para que a Universalidade seja mais substancial. Falo de quadros médios e superiores das empresas, que descontam verdadeiras obscenidades, e em caso de necessidade (saúde ou reforma) se vêem confrontados com "tectos" criados por autênticos Robins dos Bosques de trazer por casa.

É como no caso das dívidas: o Estado não paga a quem deve e executa penhoras a quem lhe deve. A anulação lógica das dívidas é lógica, mas não é executada.

Estes profissionais, gestores, criadores de emprego e outros, não têm a faculdade de escolher ou descontar uma parte para um sistema à sua escolha. São obrigados a ser solidários e acredito que o aceitam de bom grado, de acordo com a Universalidade. Mas como se tal não bastasse, têm de andar de costas curvadas por causa dos tais tectos baixos relativamente ao valor das suas contribuições de uma vida.

Talvez por isso existam tantas tentações para, em tempo útil, tentarem colocar "debaixo do colchão" o que puderem. ■